



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 09 DE 2 DEZEMBRO DE 2021

3 Aos nove (09) dias do mês de dezembro dois mil e vinte e um (2021), às oito horas e quarenta (8h40), iniciou-se a vigésima
4 primeira (21ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, realizada no formato híbrido,
5 sendo presencialmente na Secretaria de Ação Social, sito Av. Champagnat, nº 1750 – Centro – Franca/SP e virtualmente
6 pela Plataforma de Videoconferência da Prefeitura (Big Blue). A reunião foi coordenada pelo presidente e representante
7 titular da sociedade civil, representando as Organizações de Trabalhadoras e Trabalhadores da Assistência Social, Senhor
8 Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na reunião dezessete (17) conselheiros(as), sendo onze (11) da Sociedade
9 Civil e seis (06) do Poder Público, com (as)os seguintes **Conselheiros(as) Titulares:** Rute Alves Silveira (on-line), Viviane
10 Cristina Silva Vaz Ribeiro, Alessandra Aparecida da Silva, Josiane Aparecida Antunes de Campos, Óiter Cassiano Marques,
11 Laura Cristina Gomes Lima, Luzia Regina Alves, Roberta Pucci de Melo, Ana Paula Pinto Marafiga, Jandira de Almeida
12 Ramos, Andréa Fernanda de Faria e Sousa (on-line) e Leandro Ferreira. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:**
13 Rosemar da Silva (on-line) e Eder Furtado Ribeiro **Conselheiros(as) Suplentes:** Yheda Maria Lanes Gaioli, Marcia Tomie
14 Nakao e Carlos Eduardo dos Santos. A reunião contou com a participação de diversos convidados da rede socioassistencial
15 e outros. A pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte: 1 – Ordem do dia: – Chamada e Verificação de quorum;
16 Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes. 2. Deliberação sobre as Atas da 9ª Reunião Extraordinária
17 (18/11) e 20ª Reunião Ordinária (25.11) do CMAS 3. Aprovação da pauta. 4. Assuntos – 4.1 – Apresentação do Processo
18 de Transição do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – Equipe gestora (assunto
19 reconduzido da reunião anterior); 4.2 – Apresentação de Proposta para Deliberação do CMAS sobre nova Emenda
20 Parlamentar; 4.3– Apresentação dos Plano de Ações e cronograma de trabalho das Comissões (assunto reconduzido
21 para a primeira reunião de Janeiro/22); 4.4 – Deliberação sobre o calendário de Reuniões 2022; 4.5 – Proposta de
22 realização de reunião extraordinária do CMAS – 16.12; 4.6 – Deliberação do colegiado sobre situação da inscrição de
23 entidades no CMAS. 5 - Informes - 5.1 – Cronograma de Preenchimento e Parecer do CMAS - Sistema PMAS WEB –
24 2022-2025 (Estado); 5.2 – Portaria 138.2021 – Abertura do Demonstrativo Físico Financeiro Federal – estabelecimento
25 de prazos – Manual; 5.3 – Inserção do Parecer favorável do CMAS às alterações realizadas no PMAS Web – 2018.2021
26 –cofinanciamento estadual do serviço especializado para pessoas em situação de rua executado pelo Centro Pop.; 5.4 –
27 Publicação da Resolução CNAS 49.2021 - Aprova a prorrogação e o aprimoramento do Programa Nacional de
28 Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS-TRABALHO.; 5.5 – Nota Pública CNAS – em defesa da
29 vinculação de recursos para a Assistência Social e informe com link para adesão: [www.change.org/em-defesa-do-](http://www.change.org/em-defesa-do-suas)
30 suas. O Presidente Óiter iniciou a reunião cumprimentando os(as) conselheiros(as) e convidados(as) presentes e solicitou
31 que a verificação do quórum e a chamada fossem realizadas. Verificado e confirmado o quórum, com a presença de
32 quatorze (14) conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade, foram apresentadas as justificativas de ausência dos(as)
33 seguintes: Patrícia Regina Dupim, Márcia Tomie Nakao, Wagner José de Oliveira, Lais de Carvalho Souza, Jussara Barreto,
34 Sulia das Neves Nascimento, Josiane Aline de Oliveira Freitas e Susana Mendes de Carvalho. Também foi confirmado o
35 quórum necessário de leitura antecipada das atas da 9ª Reunião Extraordinária (18/11) e da 20ª Reunião Ordinária (25/11)
36 que foram aprovadas por unanimidade e sem alterações. Logo após, foi lida a pauta, que também foi aprovada com a
37 recondução do item 4.3 para a primeira reunião ordinária do CMAS, do exercício de 2022. Assim, iniciou-se a discussão do
38 item 4.1 – Apresentação do Processo de Transição do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e

39 **Adolescentes – Equipe gestora (assunto reconduzido da reunião anterior).** O presidente Óiter passou a palavra para a
40 Diretora da Proteção Social Especial, Iara Flávia Afonso Guimarães, para que a mesma apresentasse ao colegiado como
41 ocorreu o processo de transição. Iara iniciou a sua fala relatando que a vigência das parcerias tem um prazo de cinco anos,
42 porém no caso do serviço de acolhimento de crianças e adolescentes a gestão optou por realizá-la com antecedência de um
43 ano, haja vista as vagas em aberto e recursos dispensados sem a utilização. Pontuou que qualquer processo de transição e de
44 alteração de Osc - Organização da Sociedade Civil é bastante delicado e envolve despedidas, portanto foi pensado de
45 maneira que minimizasse essa situação de ruptura de vínculos e construção de novos. Destacou que legalmente, no Termo
46 de Colaboração, está previsto 120 (cento e vinte) dias de antecedência para realizar todo o processo de chamamento. Disse
47 que apenas uma entidade apresentou Plano de Trabalho para execução do serviço e esta foi selecionada, mediante análise da
48 comissão. Relatou que o processo de transição foi construído e realizado em conjunto com as OSCs, sendo executadas
49 algumas ações com as crianças e adolescentes para explicar a situação antes e após a seleção da entidade. Também foram
50 feitas reuniões com todas as famílias dos acolhidos, no CREAS, com a finalidade de mostrar a nova entidade que assumiria
51 o serviço. No decorrer de todo o processo a equipe que realizou a transição foi dialogando e ouvindo as demandas dos
52 trabalhadores e usuários das Instituições, objetivando a organização dos acolhidos em cada casa, discussão de todos os
53 casos apresentados, bem como sobre a situação dos trabalhadores numa perspectiva de possibilitar que alguns funcionários
54 fossem contratados pela nova instituição. Garantiu-se que, em todas as casas e no abrigo, fosse mantido pelo menos um
55 trabalhador que atuavam nas executoras que encerraram o serviço. Foi feita uma articulação com a Secretaria de Finanças
56 visando evitar a descontinuidade do serviço, sendo assinado o Termo de Colaboração em data anterior à rescisão, para ser
57 organizado a parte burocrática de contratação de pessoal e locação de imóvel. Também foi feito um diálogo com a
58 Secretária de Saúde com a finalidade de priorizar o atendimento das crianças e adolescentes acolhidas para que passassem a
59 ter os acompanhamentos pela rede SUS, sendo positivo o resultado. Após toda a apresentação da transição e cronograma de
60 ações a diretora Iara passou a palavra para Yheda Maria de Lanes Gaioli, coordenadora do IJEPAM e conselheira do
61 CMAS. Yheda disse que a primeira iniciativa do grupo foi realizar pesquisas e estudos de publicações para que todo o
62 processo fosse feito de forma menos danosa possível. Manifestou satisfação com a articulação realizada com a Secretaria de
63 Saúde que possibilitou a priorização dos acolhidos pela rede SUS, o que não foi possível anteriormente. Em seguida,
64 detalhou como ocorreram as assembleias com as crianças e adolescentes e com os profissionais, sendo estas semanais e
65 simultaneamente com todas as Casas Lares. Nestas assembleias foram trabalhadas questões como a união do grupo, a
66 escuta sobre os anseios dos acolhidos, o “desenho” inicial da composição das casas, dentre outros. Pontuou que não foi
67 possível atender a todos os pedidos por conta da quantidade de acolhidos em cada casa, porém pelo menos um pedido de
68 cada pessoa foi atendido. Relatou a dinâmica realizada na qual todos plantaram uma muda de árvore, que simbolizou o
69 cuidado e a construção de vínculos. Ao final foi realizada uma atividade de integração no Poliesportivo, com todos os
70 acolhidos, para apresentar como ficaria a composição das casas. Yheda destacou que a equipe sentiu necessidade de
71 escrever sobre todo esse processo, o que está sendo realizado pela instituição e que será socializado com o colegiado.
72 Finalizada a apresentação foi aberta a palavra para elucidação de dúvidas dos conselheiros. A conselheira Viviane
73 questionou sobre qual foi a motivação para a antecipação do chamamento público para este serviço. Iara explicou que assim
74 que a gestão assumiu, foi demonstrado que as metas não estavam sendo cumpridas e no decorrer de janeiro de 2020 a junho
75 de 2021 houve expressiva redução no número de acolhimentos, representando em média 20 vagas por mês, situação que
76 gerou pedido de providência pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo à Prefeitura de Franca. Assim, foi realizada

77 uma reunião com o Ministério Público em conjunto com o Instituto José Edson de Paula Marques - IJEPAM e a Sociedade
78 Espirita Legionárias do Bem, na qual a gestão propôs a redução de metas, sendo três no Abrigo e nove nas Casas Lares. A
79 OSC – Legionárias do Bem, registrou contraproposta de redução de duas vagas, já a OSC - IJEPAM manifestou
80 desfavorável à redução, por esse motivo foi necessária a antecipação do chamamento público. O trabalhador do SUAS e
81 conselheiro, Carlos Eduardo, destacou pontos positivos da inserção das crianças e adolescentes na rede do SUS e sobre a
82 construção do documento de registro para servir de representatividade para outras entidades. Ressaltou a importância dessa
83 aproximação do CMAS nos processos de transição futuros. Em seguida apresentou alguns questionamentos à conselheira
84 Yheda, em relação à quantidade de assembleias realizadas e os pontos que a instituição entende que poderiam ter ocorrido
85 de forma diferente para torná-lo mais positivo e de forma menos violenta. Yheda respondeu que foram muitas assembleias,
86 mas os dados exatos constarão no documento que está sendo elaborado pelo IJEPAM. Quanto às principais dificuldades
87 nesta transição, pontuou que o curto tempo dificultou, bem como, o processo burocrático, destacando que os próximos
88 chamamentos poderiam prever um período maior em caso de mudanças de OSCs e outras estratégias. Carlos observou que,
89 na sua compreensão, foi um processo de rompimento muito violento e o considerou curto e atropelado, destacando a
90 importância do CMAS realizar a escuta do usuário, sugerindo que a Comissão de Acompanhamento planeje esses
91 momentos, que é de responsabilidade de todo o colegiado. O presidente Óiter lembrou que já ocorreram outros processos
92 de transição em relação a esse serviço, concordando que o conselho deve acompanhar esses momentos. Iara fez uma última
93 consideração relatando que o acolhimento institucional, conforme prevê o ECA, é uma medida excepcional e provisória,
94 uma vez que ele por si só já é violento, assim, quanto maior o número de acolhidos, maiores são as violações. Portanto faz-
95 se necessário repensar esses modelos institucionais. Alguns conselheiros fizeram considerações sobre a importância da
96 garantia da excepcionalidade no acolhimento institucional, bem como, os avanços ocorridos no município, onde observa-se
97 a criação de novos serviços e uma rotatividade maior na saída do acolhimento do que na entrada. A conselheira Viviane
98 relatou, com base em sua experiência de trabalho na Casa do Aconchego, que todas as pequenas e grandes mudanças
99 causam angústias, faltando um amparo também na formação dos profissionais da categoria para lidarem de forma melhor
100 com essa questão do acolhimento. Observou que o processo ocorreu de forma cuidadosa visando minimizar os efeitos,
101 concordando com a colocação do Carlos em relação aos conselheiros estarem em conjunto nesse processo. Após as
102 discussões o presidente Óiter reiterou a importância do CMAS acompanhar os processos de transição e, destacou que,
103 apesar de compreender a articulação com a rede SUS como aspecto positivo, tem algumas ressalvas, uma vez que o
104 convênio facilitava bastante, pois por vezes o atendimento na rede SUS era ineficaz e moroso. Iara pontuou que a
105 articulação com a Secretaria de Saúde foi realizada com o objetivo de priorizar o atendimento dos acolhidos, todavia é um
106 processo que deve ser acompanhado e monitorado uma vez que em algumas situações específicas o atendimento pode ser
107 mais demorado, e neste caso as equipes terão que se organizar para que o acolhido tenha o atendimento no tempo
108 necessário. Não havendo mais considerações e questionamentos, o assunto foi finalizado e deu-se sequência a reunião com
109 o item **4.2 – Apresentação de Proposta para Deliberação do CMAS sobre nova Emenda Parlamentar**; O presidente Óiter
110 iniciou a próxima pauta passando a palavra para a Assessora de Gabinete e conselheira do CMAS, Jandira de Almeida
111 Ramos, que informou que o município está sendo contemplando com uma nova Emenda Parlamentar para ações
112 assistenciais emergenciais, sendo assim, faz-se necessária a deliberação do CMAS. Disse que o valor da emenda é de R\$
113 200.000,00 (duzentos mil reais) porém sem previsão de quando será repassada. A proposta da gestão é utilizar esse recurso
114 para aquisição de serviço de terceiros para o transporte dos usuários no deslocamento junto aos serviços socioassistenciais.

115 Viviane pontuou que uma das maiores dificuldades que o SUAS enfrenta é a questão do transporte, destacando que com o
116 recurso que foi disponibilizado para a APAE, para esse fim, está sendo possível atender quase 98% dos usuários dos
117 serviços da pessoa com deficiência. Jandira salientou que anteriormente essas emendas eram destinadas para aquisição de
118 equipamentos, carros, materiais e afins, porém agora existe a possibilidade de utilização em custeio e manutenção dos
119 serviços. O presidente Óter questionou se os conselheiros teriam alguma dúvida e não havendo nenhum questionamento
120 passou à deliberação sobre a proposta apresentada. O colegiado aprovou a aplicação da emenda conforme proposta da
121 gestão. Dando sequência, passou-se ao item **4.3 – Deliberação sobre o calendário de Reuniões 2022;** A Secretária
122 Executiva Maria Amélia informou que na última reunião do ano, o colegiado deve deliberar sobre o calendário de reuniões
123 do exercício seguinte. Informou que, pelo regimento interno, é facultativa a realização de reuniões no mês de Janeiro, mas o
124 colegiado tem a preocupação em manter ao menos uma reunião no primeiro mês do ano por conta das demandas existentes.
125 O calendário oficial de Reuniões Ordinárias foi exibido e Maria Amélia informou que já está prevista a organização do
126 Processo de Renovação de 2/3 do colegiado, nos meses de agosto e setembro, a posse em outubro e eleição da mesa
127 diretora em novembro. Pontuou que esta previsão de início já em agosto está de acordo com o Regimento Interno,
128 considerando também que será o momento de eleição dos representantes de trabalhadores e de usuários o que demandará
129 um grande trabalho de articulação e mobilização, daí a necessidade de iniciar o processo com antecedência. Pontuou que
130 apesar de não estar previsto neste calendário, é primordial que o colegiado organize a Audiência Pública para apresentar
131 toda rede socioassistencial, que está prevista como uma ação anual, mas não foi realizada nos últimos dois anos por conta
132 da pandemia. O conselheiro Éder sugeriu que as reuniões do próximo ano retomem o formato presencial, uma vez que o
133 formato híbrido tem impactado em atrasos em razão de problemas técnicos frequentes e das dificuldades de equipamentos
134 adequados para o sistema das reuniões on-line ou híbridas. Os conselheiros presentes concordaram e sugeriram que a
135 próxima Reunião Extraordinária do dia dezesseis de dezembro já fosse somente presencial. Duas conselheiras manifestaram
136 dificuldades em participar presencialmente por razões particulares, porém, por decisão da maioria ficou deliberado que as
137 reuniões passarão a serem realizadas presencialmente apenas. Uma convidada, do SCFV, pontuou que o formato híbrido
138 tem possibilitado a participação do serviço. Maria Amélia relatou que a comissão de comunicação está com algumas ideias
139 para o próximo ano, inclusive com a proposta de transmissão das reuniões pelo you tube e redes sociais, do qual o Plano da
140 comissão será apresentado para o colegiado no início do ano. Ficando aprovado o calendário e a retomada das reuniões
141 presenciais, passou-se ao item seguinte- **4.4 – Proposta de realização de reunião extraordinária do CMAS – 16.12;** Maria
142 Amélia justificou e apresentou uma proposta de realização de uma reunião extraordinária na próxima quinta-feira, exclusiva
143 para conselheiros uma vez que constarão assuntos sigilosos na pauta, sendo esta aprovada pela maioria. Após todos
144 acordados sobre a reunião extraordinária, passou para o novo item **4.5 – Deliberação do colegiado sobre situação da**
145 **inscrição de entidades no CMAS.** O presidente Óter solicitou que a Secretária Executiva explicasse essa matéria. Maria
146 Amélia relatou que recebeu a informação de que, no sistema do PMAS – Estado, as entidades que não estão executando
147 serviços socioassistenciais não podem permanecer no sistema. Jandira complementou que no momento de inserção das
148 informações no PMAS 2022/2025 será necessário atualizar todos os dados, desta forma o sistema não aceitará a
149 manutenção destas entidades que não estão executando nenhum serviço, como é o caso do IJEPAM e da Sociedade Espirita
150 Legionárias do Bem, que encerraram a execução do serviço de acolhimento. Maria Amélia pontuou que fez contato com a
151 técnica da DRADS e explicou que as normativas do CMAS, em conformidade com a normativa do CNAS, permitem que as
152 entidades, que manifestem interesse em permanecer na Assistência Social, continuem inscritas nos conselhos de



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

153 assistência social pelo prazo de 06 meses, sem execução de serviços. Assim, a DRADS fará uma consulta sobre essa
154 situação e verificará como resolver essa questão do sistema. Maria Amélia lembrou que o IJEPAM manifestou interesse em
155 realizar outros serviços e solicitou a manutenção da inscrição pelo prazo permitido e o colegiado deliberou favoravelmente.
156 Porém, a Sociedade Espirita Legionárias do Bem não informou seu interesse, sendo sugerido um prazo para resposta, visto
157 que ela já foi notificada pelo CMAS há mais de 10 dias. Feitas as explicações, o conselho decidiu manter a deliberação
158 sobre a manutenção de inscrição da entidade IJEPAM e quanto à Sociedade Legionárias do Bem, definiu estipular o prazo
159 de resposta até a próxima terça-feira, dia 14 de dezembro, com a deliberação do colegiado na próxima Reunião
160 Extraordinária. Finalizados os assuntos, a Secretária Executiva passou a apresentar os ***Informes - 5.1 – Cronograma de***
161 ***Preenchimento e Parecer do CMAS-Sistema PMAS WEB – 2022-2025 (Estado)***; Maria Amélia disse que, em razão de
162 problemas no sistema, o Estado estabeleceu um novo cronograma de prazos para elaboração e deliberação do colegiado
163 sobre o PMAS 2022/2025, definindo a data de 10 a 14 de janeiro para o CMAS deliberar e inserir o seu parecer, o que deve
164 ocorrer após a finalização e apresentação da Gestão. ***5.2 – Portaria 138.2021 – Abertura do Demonstrativo Físico***
165 ***Financeiro Federal – estabelecimento de prazos – Manual*** – Maria Amélia informou que o sistema do governo federal foi
166 aberto para inserção das informações de Prestação de Contas do exercício de 2020. A abertura foi a partir de vinte e três de
167 novembro de dois mil e vinte e um (23/11/2021), pelo qual o gestor tem 60 (sessenta) dias para incluir a prestação de contas
168 no sistema, ou seja, até dia vinte de janeiro de dois mil e vinte e dois (20/01/2022), enquanto o conselho tem mais 30
169 (trinta) dias para inserir o parecer. Portanto, no início do ano, o Gestor deve apresentar as informações que foram inseridas
170 no sistema, o colegiado deve analisar, elaborar os questionários do Demonstrativo Físico-Financeiro Federal e emitir o seu
171 parecer no sistema. Passando para o próximo item ***5.3 – Inserção do Parecer favorável do CMAS às alterações realizadas***
172 ***no PMAS Web – 2018.2021 – cofinanciamento estadual do serviço especializado para pessoas em situação de rua***
173 ***executado pelo Centro Pop.*** A secretária disse que trata-se de um informe sobre a inserção de parecer do CMAS no sistema
174 PMAS WEB – Estado. Esse parecer é relativo ao recurso estadual extraordinário no valor de 51.000,00 (cinquenta e um
175 mil) para oficinas no Centro Pop, que já foi deliberado favoravelmente pelo colegiado. Dando continuidade com o item ***5.4***
176 ***– Publicação da Resolução CNAS 49.2021 - Aprova a prorrogação e o aprimoramento do Programa Nacional de***
177 ***Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS-TRABALHO.***; Apresentou a Resolução do Conselho
178 Nacional que define a prorrogação do programa, bem como novas regras para aprimoramento do ACESSUAS. Estão
179 previstos mais recursos e outras normativas de regulamentação serão publicadas. Por fim pontuando o último informe ***5.5 –***
180 ***Nota Pública CNAS – em defesa da vinculação de recursos para a Assistência Social e informe com link para adesão:***
181 www.change.org/em-defesa-do-suas, Maria Amélia destacou a importância de assinaturas e adesão à nota pública,
182 uma vez que trata da vinculação de recursos para a Assistência Social, conforme PECs que já estão em tramitação na
183 Câmara de Deputados. Solicitou também a divulgação da mesma. Finalizados todos os assuntos e informes e nada mais
184 havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às dez horas e quarenta e cinco minutos (10h45), tendo sido gravada para
185 consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Maria Amélia Facioli Vergara, secretária-executiva deste CMAS, lavrei a
186 presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de presença.